



**ENAN
PUR 2023**
Belém 22 a 26 de maio



AGRICULTURA URBANA, ASSOCIATIVISMOS E O BEM VIVER NA CIDADE.

Heloisa Soares de Moura Costa (IGC/UFMG)
Luciana Corrêa do Lago (NIDES/UFRJ)

RESUMO GERAL

Entendendo a agricultura urbana como um campo de luta pelo bem viver na cidade, propomos na sessão livre expor e refletir sobre experiências urbanas de produção, distribuição e comercialização de alimentos saudáveis em curso no Brasil, orientadas pelos princípios da agroecologia. São experiências desenvolvidas por sujeitos coletivos diversos, como movimentos sociais, associações e redes de produtores ou consumidores, que apontam caminhos para a interação campo-cidade e para a formação de sistemas agroalimentares intra e interurbanos. Tal interação pressupõe, na perspectiva agroecológica, um sistema de reprodução da vida em que as necessidades humanas são resolvidas de forma integrada para o bem viver. Alimentação saudável, moradia e infraestrutura urbana adequadas, educação emancipadora, trabalho digno, entre outras, são necessidades que se complementam na experiência do bem viver. Nesse sentido, busca-se uma aproximação entre campos disciplinares distintos, que na atualidade convergem para a construção de um arcabouço teórico-conceitual compartilhado envolvendo o planejamento urbano, o debate ambiental, a economia solidária, a segurança alimentar e nutricional, a saúde urbana, as tecnologias sociais, entre outros. Os quatro trabalhos reunidos na sessão partem de uma abordagem transdisciplinar, abrangendo pesquisas de âmbito nacional e regional, no caso, as metrópoles de Belo Horizonte, Porto Alegre e Rio de Janeiro.

Embora seja uma atividade tradicional nas cidades, praticada tanto em áreas privadas como públicas ou coletivas, a agricultura urbana se constitui numa prática invisibilizada nas cidades, ora tida como resquício de trajetórias rurais de migrantes, ora como experiência privada de complementação alimentar em hortas e quintais. Tal invisibilidade está também associada ao processo de valorização da terra e de luta pelo espaço, dominada pelos capitais fundiários e imobiliários no qual não há lugar para a produção de alimentos ou atividades ainda pouco capturadas pela lógica mercantil como a satisfação e a necessidade de cultivar frutas e legumes, flores, plantas medicinais, etc. Além disso, a produção de alimentos é crescentemente controlada por um sistema agroalimentar associado ao agronegócio e à reprodução de capitais em esfera

global, ao qual se contrapõe a perspectiva da agroecologia. Esta perspectiva busca associar a pequena produção – camponesa, familiar, popular, de povos e comunidades tradicionais - ao universo das práticas e saberes de agricultora/es enraizados em seus territórios, produzindo alimentos de qualidade, sem agrotóxicos e fertilizantes químicos, com importantes implicações sobre a saúde e segurança/soberania alimentar da população. Este campo disciplinar, ainda fortemente associado aos territórios rurais, tradicionais e camponeses, bastante politizado e estruturado em escala nacional e internacional, começa a ser discutido em sua vertente urbana. Neste debate temos a intenção de contribuir para a consolidação de uma agroecologia urbana (e metropolitana), associando-a a várias experiências de movimentos sociais e redes de promoção de sistemas alimentares justos e saudáveis, e circuitos curtos de comercialização que buscam aproximar produtoras/es e consumidoras/es a partir de conceitos como economia solidária, comércio justo, entre outras possibilidades de redes urbanas/metropolitanas/rurais. Os movimentos sociais cumprem função estratégica nesse processo ao cumprirem sua função de mediadores, traduzindo as lutas particulares dos agricultores familiares num discurso comum capaz de unificar as ações dos coletivos locais numa luta política mais abrangente, sem enfraquecer a solidariedade de base.

Cabe salientar a forte interface da agroecologia com os debates feministas, na medida em que as mulheres assumem um protagonismo particular na militância agroecológica, reforçando seu papel na produção de comida de verdade e na construção social de mercados em territórios urbanos, ao mesmo tempo em que lutam contra a opressão e violência sobre seus corpos e contra a injusta divisão sexual do trabalho, que separa e hierarquiza o tempo de trabalho produtivo sobre o trabalho de reprodução.

A agricultura urbana pode ser também considerada uma estratégia de resistência na disputa pelo acesso à terra urbana. Nos processos mais amplos de produção do espaço nas áreas metropolitanas brasileiras, a disputa pela terra, e crescentemente pela água, constitui um elemento central de conflito entre os agentes sociais relevantes na dinâmica imobiliária recente. Cabe discutir as implicações, por exemplo, das tendências de desaparecimento das áreas rurais nos municípios, a partir de instrumentos de planejamento, como planos diretores e leis de zoneamento, que sinalizam para uma maior atração de capitais fundiários e imobiliários, cada vez mais articulados ao capital financeiro internacional, que investem em projetos de grande complexidade com implicações socioambientais e territoriais importantes. A reafirmação de territórios rurais e urbanos destinados à produção de alimentos, em bases familiares e/ou solidárias, organizados em redes de distribuição, preferencialmente agroecológicas, representam um contraponto de resistência à tendência hegemônica e homogeneizadora de submissão do território à lógica da acumulação.

As experiências agrícolas metropolitanas que serão apresentadas na sessão são casos exemplares dos conflitos urbanos provocados pela luta agroecológica. Neste conjunto, sobressaem-se tanto produtoras/es agrícolas tradicionais, quanto redes inovadoras de produção e comercialização que prometem alterar as relações entre produção e consumo de alimentos, contribuindo para tornar mais fluidas e desnecessárias as fronteiras entre espaços urbanos e rurais.

De forma geral a sessão busca estimular o debate político-acadêmico em torno das questões abaixo relacionadas com vistas a dar visibilidade a uma rede de

pesquisas e de ações de extensão articuladas ao universo do planejamento urbano e regional:

- Identificar e promover as práticas agrícolas agroecológicas como elemento essencial do planejamento territorial urbano e regional, das políticas culturais, ambientais e fundiárias. Considerar o uso agrícola do solo como forma de prevalência da função social e ambiental da propriedade/da terra, a partir da qual possam ser desenvolvidos mecanismos e instrumentos de planejamento que reconheçam a agroecologia urbana, articulando-a como parte da infraestrutura verde e azul nas cidades, metrópoles, enfim, no tecido urbano estendido, fortalecendo a percepção da natureza na urbanização;
- Discutir as potencialidades das práticas agrícolas agroecológicas urbanas, identificando os agentes sociais a ela relacionados, os sujeitos individuais e coletivos que as praticam, bem como os saberes e aprendizagens que elas possibilitam para a conformação de sistemas agroalimentares mais justos e sustentáveis, na promoção do direito humano à alimentação adequada e a promoção da saúde.
- Identificar, apoiar e compreender a sociobiodiversidade de experiências e práticas agroecológicas e de agricultura orgânica, bem como situações atuais e potenciais de transição agroecológica em contextos urbanos e metropolitanos, aprofundando perspectivas de formulação e monitoramento de políticas públicas voltadas para a promoção da agroecologia nesses contextos.
- Produzir insumos para a organização social em bases colaborativas e solidárias, dos sujeitos envolvidos com as práticas agroecológicas em contextos urbanos e metropolitanos, colaborando e incentivando redes de produtoras/es e organizações da sociedade civil.

AGRICULTURA URBANA AGROECOLÓGICA, DIREITO À CIDADE E PROMOÇÃO DA SAÚDE: INTERCÂMBIOS PARA O FORTALECIMENTO DE PRÁTICAS E REDES.

Daniela Adil Oliveira de Almeida (AUÊ!/UFMG)

Nas regiões metropolitanas brasileiras encontram-se diversas experiências e práticas de agricultura urbana, muitas delas fundamentadas ou conectadas aos princípios da agroecologia e articuladas em redes territoriais que envolvem organizações sociais, movimentos populares e comunidades nas periferias das cidades. Estas práticas indicam possibilidades atuais e futuras de processos sociais que fortalecem a organização social, a segurança alimentar e nutricional, a produção de ambientes saudáveis, circuitos curtos de produção, comercialização e consumo de alimento, bem como o reforço de práticas de cuidado em saúde ligadas ao uso de plantas medicinais, à realização de atividades físicas e a práticas terapêuticas, por exemplo. As agriculturas das cidades podem ser ainda compreendidas como práticas que podem promover autonomia e diversidade frente à dependência e homogeneização do modo industrial, capitalista, patriarcal e racista de organização dos sistemas alimentares e dos sistemas de saúde.

O Projeto "Agricultura Urbana Agroecológica, Direito à Cidade e Promoção da Saúde: intercâmbios para o fortalecimento de práticas e redes" tem buscado

contribuir com este cenário, desde 2021, apoiando a construção coletiva de conhecimento e envolvendo redes brasileiras de agricultura urbana. As ações do projeto são coordenadas pela Agenda de Saúde e Agroecologia ligada à Vice Presidência de Ambiente, Atenção e Promoção da Saúde (VPAAPS) da Fiocruz e o Coletivo Nacional de Agricultura Urbana (CNAU) e realizadas nas regiões metropolitanas do Belo Horizonte (MG), Rio de Janeiro (RJ), São Paulo (SP), Vitória (ES), Florianópolis (SC) e Recife (PE). Além da atuação territorializada e em múltiplas escalas, a pesquisa-ação conduzida pelo projeto explora interfaces entre os campos da agricultura urbana e da saúde coletiva com as perspectivas de justiça ambiental, direito à cidade e à alimentação, raça, gênero e comunicação popular.

Serão apresentados dados e análises referentes à história do CNAU e ao cenário nacional institucional e de grupos de pesquisa em agricultura urbana, além das trajetórias de redes da agricultura urbana e de iniciativas de mapeamentos coletivos realizados em 06 territórios brasileiros, que envolveram momentos de reflexões coletivas associadas aos processos de sistematização participativa de experiências, assim como à divulgação de conhecimentos produzidos e construção de agendas coletivas.

AS EXPERIÊNCIAS AGROECOLÓGICAS DO MST NA REGIÃO METROPOLITANA DE PORTO ALEGRE: POSSIBILIDADES E DESAFIOS PARA UM SISTEMA ALIMENTAR POPULAR E SOLIDÁRIO.

Fernanda Petrus (CES/ Universidade de Coimbra)

O movimento agroecológico reúne, nas metrópoles brasileiras, uma diversidade de sujeitos individuais e coletivos que acumulam modos de morar, plantar e de organizar a circulação e o consumo de alimentos que se contrapõem à racionalidade do sistema agroalimentar hegemônico. Nesse sentido, os sujeitos da agroecologia se deparam com inúmeras barreiras impostas pela materialidade da cidade capitalista, seja em relação às dinâmicas de circulação de pessoas e mercadorias, às infraestruturas e serviços urbanos mercantilizadas ou aos espaços públicos subordinados aos interesses privados.

Frente à degradação das condições de reprodução social e o avanço da fome no Brasil, as práticas socioespaciais da agroecologia vêm se apresentando como um campo estratégico de disputa pela produção do espaço urbano, orientado pelos princípios do bem-viver.

Este trabalho se concentra nas experiências agroecológicas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), localizadas na Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA). Tratam-se de práticas cooperativas e infraestruturas produtivas-reprodutivas que foram se sobrepondo ao longo dos últimos vinte anos, tais como: a produção orgânica de alimentos e a certificação coletiva; a logística de comercialização em diversas frentes - feiras ecológicas, lojas em áreas centrais, distribuição de cestas e mercados institucionais; a construção de agrovilas e agroindústrias; a produção de serviços urbanos ecológicos.

As práticas acima descritas promovem formas diversas de interação entre territórios populares na metrópole. Um exemplo, são as doações realizadas pelo MST-RS desde o início da pandemia, que já somam 640 toneladas de alimentos. Parte destes alimentos, é proveniente dos 35 assentamentos da reforma agrária

na RMPA e foi entregue diretamente às cozinhas e restaurantes comunitários em favelas e periferias de vários municípios da metrópole, na perspectiva de uma “unidade de classe entre os trabalhadores rurais e urbanos pela soberania alimentar no campo e na cidade”.

Assim, na luta cotidiana por condições materiais que sustentem um outro sistema agroalimentar, o mst na rmpa disputa a produção do espaço urbano. A pesquisa, ainda em curso, relevou algumas possibilidades e desafios para a construção de um sistema alimentar popular solidário. Privilegiaremos, na escala metropolitana, as interações entre territórios populares na cidade de porto alegre e em seu tecido urbano estendido. Nas escalas estadual e nacional, a estratégia de intercooperação do mst, em articulação com uma rede de cooperativas da agricultura familiar para garantir o escoamento de sua produção, especialmente, do arroz ecológico.

AGRICULTURA URBANA NA METRÓPOLE DO RIO DE JANEIRO: PRÁTICAS COLETIVAS E DISCURSO COMUM.

Luciana Corrêa do Lago (NIDES/UFRJ)

É surpreendente o crescimento do associativismo agroalimentar na metrópole do Rio de Janeiro, ao longo dos últimos vinte anos. Surpreendente diante da ausência histórica de uma cultura produtiva regional que valorize o abastecimento alimentar das cidades fluminenses. E esse crescimento é resultado da expansão e consolidação do movimento agroecológico por todo o país a partir dos anos 2000, sob o protagonismo da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA).

As formas associativas de produção, comercialização e consumo de alimentos saudáveis no Rio de Janeiro são diversas, englobando as associações locais de agricultores familiares, as redes de produtores e de consumidores e os movimentos nacionais de trabalhadores rurais. São coletivos que se entrelaçam em campanhas e lutas pela soberania e segurança alimentar e pela unidade campo – cidade. O acesso às políticas de fomento à agricultura familiar pelos agricultores urbanos ocupa lugar central na agenda de lutas do movimento agroecológico na metrópole.

O trabalho dará maior ênfase às conexões campo-cidade, destacando as ações das redes agroalimentares - a Rede Carioca de Agricultura Urbana e a Rede Ecológica - e dos movimentos rurais atuantes na metrópole – MST e MPA.

As redes e movimentos sociais firmados na agricultura urbana e periurbana entram na luta pela democratização da cidade, pautando a garantia da posse da terra para os agricultores, de espaços públicos para as feiras, de áreas de produção agroecológica, de assessoria técnica pública e de infraestrutura urbana. As redes conectam e politizam as/os agricultoras/es por meio da agenda agroecológica.

Nossa intenção é dar mais visibilidade às transformações urbanas, reais e potenciais, que essas práticas coletivas produzem na direção da democratização da cidade e os desafios postos para que se tornem uma força coesa na disputa pelo fundo público e pelo acesso à terra.

RECONSTRUINDO RELAÇÕES ENTRE URBANIZAÇÃO E NATUREZA: PRÁTICAS DE AGRICULTURA URBANA EM BELO HORIZONTE.

Heloisa Soares de Moura Costa (IGC/UFMG)

Apesar de ser originalmente uma atividade tradicional desenvolvida em hortas e quintais, as práticas de agricultura urbana nas metrópoles começaram a ganhar visibilidade na medida em que se reinventam enquanto práticas coletivas e comunitárias, crescentemente articuladas a movimentos sociais e agroecológicos, territorializados e portadores de visões de transformação social e ambiental. Tais práticas trazem a tona diferentes disputas sobre o acesso à terra e à água, a sementes, à tecnologias e saberes diversos, a mercados e feiras, a novas formas de comercialização. Articulam noções de ruralidade e urbanidade, de direito à cidade, à natureza, à alimentação adequada. Ao fazê-lo constituem alternativas às concepções hegemônicas de produção do espaço e de produção de alimentos, privilegiando a reprodução da vida e a apropriação dos territórios de múltiplas formas.

A presente exposição busca apresentar os resultados de um mapeamento e caracterização de práticas e experiências de agricultura urbana na Região Metropolitana de Belo Horizonte, enfatizando os sujeitos, as características produtivas, os territórios, os saberes e tecnologias, as diversas estratégias de comercialização e acesso aos mercados, entre outros aspectos.

A visibilização de tais experiências vem permitindo por um lado a mobilização dos agricultores no sentido do reconhecimento de suas atividades e de seus produtos na forma de um importante processo de certificação participativa da produção orgânica/agroecológica, mobilizando uma importante brecha da legislação nacional que permite tal modalidade. Essa forma de associativismo vem permitindo um rico processo de aprendizado social coletivo, de reconhecimento do trabalho realizado pelos agricultores, principalmente pelas mulheres, a troca de experiências e a politização das ações.

Por outro lado a análise de tal mapeamento aponta que as práticas ocorrem na totalidade do território metropolitano, em áreas urbanas e rurais, de expansão urbana, de preservação ambiental, apontando para a importância da apreensão do conjunto da região, na forma de uma agenda para o planejamento territorial que pense integradamente urbanização e natureza, áreas construídas e vagas, terras, águas e vegetação de forma entremeada, atividades produtivas e manifestações culturais diversas, de formas inclusivas e solidárias.

agricultura urbana, movimentos sociais, economia popular solidária, associativismo agroecológico, interação campo-cidade

Understanding urban agriculture as a field of struggle for good living in the city, in the free session we propose to expose and reflect on urban experiences of production, distribution and commercialization of healthy foods in progress in Brazil, guided by the principles of agroecology. They are experiences developed by diverse collective

subjects, such as social movements and networks of producers or consumers, which point out ways for countryside-city interaction and for the formation of intra and interurban agro-food systems. Such interaction presupposes, from an agroecological perspective, a life reproduction system in which human needs are resolved in an integrated way for good living. Healthy food, adequate housing and urban infrastructure, decent work, among others, are needs that complement each other in the experience of good living. In this sense, an attempt is made to bring together different disciplinary fields, which currently converge towards the construction of a shared theoretical-conceptual framework involving urban planning, environmental debate, solidary economy, food and nutritional security, social technologies, among others. The four works gathered in the session depart from a transdisciplinary approach, covering research at national and regional levels, in this case, the metropolises of Belo Horizonte, Porto Alegre and Rio de Janeiro.

urban agriculture, social movements, solidary popular economy, agroecological associations, countryside-city interaction

Entendiendo la agricultura urbana como campo de lucha por el buen vivir en la ciudad, en la sesión libre nos proponemos exponer y reflexionar sobre experiencias urbanas de producción, distribución y comercialización de alimentos saludables en curso en Brasil, guiadas por los principios de la agroecología. Son experiencias desarrolladas por diversos sujetos colectivos que señalan caminos para la interacción campo-ciudad y para la formación de sistemas agroalimentarios intra e interurbanos. Tal interacción presupone, desde una perspectiva agroecológica, un sistema de reproducción de la vida en el que se resuelven de manera integrada las necesidades humanas para el buen vivir. Alimentación saludable, vivienda e infraestructura urbana adecuadas, trabajo digno, entre otras, son necesidades que se complementan en la experiencia del buen vivir. En este sentido, se intenta acercar diferentes campos disciplinares, que en la actualidad convergen hacia la construcción de un marco teórico-conceptual compartido que involucra la planificación urbana, el debate ambiental, la economía solidaria, la seguridad alimentaria y nutricional, las tecnologías sociales, entre otros. Los cuatro trabajos reunidos en la sesión parten de un abordaje transdisciplinario, abarcando investigaciones a nivel nacional y regional, en este caso, las metrópolis de Belo Horizonte, Porto Alegre y Río de Janeiro.

agricultura urbana, movimientos sociales, economía popular solidaria, asociaciones agroecológicas, interacción campo-ciudad